



IDEFLOR-Bio

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio
Diretoria de Gestão da Biodiversidade – DGBio
Gerência de Sociobiodiversidade - GSBio

06 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E FUNDIÁRIO

A Dinâmica Social dos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, pertencentes à Região de Integração Tapajós (RI Tapajós), foi desenvolvida usando dados secundários disponíveis da Educação, da Saúde, do Saneamento e Habitação, da Segurança Pública e dos Contrastes Sociais e Vulnerabilidade, destaca que a desigualdade de renda é um grande fator limitante de crescimento de uma população quando persiste ao longo do tempo. Na RI Tapajós, em 2010, o Índice foi de 0,59, abaixo da média do Pará (0,62) e do Brasil (0,60). O Produto Interno Bruto (PIB) é constituído por 33% de Serviços, 26% de atividades da Administração Pública, 20% de Agropecuária, 12% pela Indústria e 9% por Impostos sobre produtos. No ano de 2016, Itaituba foi o município que mais contribuiu com o PIB da região (50%), seguido de Novo Progresso (18%) e Rurópolis com 11% (SEPLAN, 2020).

Para o escoamento da produção, bem como o deslocamento da população, a região conta com duas rodovias federais, a BR-163 (Santarém – Cuiabá), asfaltada, importante via de escoamento da produção agrícola para os mercados externo pelos portos de Miritituba e Santarém e a BR-230 (Transamazônica), com o trecho pavimentado entre a BR-163 e o porto de Miritituba.

Dentre os instrumentos que visam à garantia do ordenamento territorial e da gestão ambiental na região, está o Programa Municípios Verdes (PMV) do Governo Estadual, em parceria com os municípios, sociedade civil, iniciativa privada, o IBAMA e Ministério Público Federal, com o objetivo de fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário, bem como de gestão ambiental.

Outra ferramenta da dinâmica ambiental é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), importante para o monitoramento, controle e combate ao desmatamento da região, assim como para o planejamento ambiental e econômicos dos imóveis rurais, ainda que tenha uma baixa adesão dos municípios da RI Tapajós, onde Novo Progresso e Rurópolis possuem mais de 70% das propriedades inseridas no CAR. Jacareacanga é o município que possui mais baixa adesão(42,48%) SEMAS e PMV (2018).

O desmatamento alcançou 16.790 km², correspondente a 9% em relação à área total do Pará (FADESPA, 2019). Conta com enorme território de Áreas Protegidas, composto por 18 Unidades de Conservação e 05 Terras Indígenas, além do Campo de Provas das Forças Armadas Brigadeiro Velloso que abrange partes dos municípios de Jacareacanga e de Novo Progresso.

O município de Jacareacanga tem área de 53.305,64 km², e dista 1.149,07 km de Belém, faz limites com os municípios paraenses de Itaituba e Novo Progresso, Maués do

estado do Amazonas e Apicás do Mato Grosso, com uma população estimada para 2020 em 41.487 mil habitantes. Tem uma grande área coberta pelas Florestas Nacionais Crepori e Amaná, Área de Proteção Ambiental Tapajós e pelas Terras Indígenas Kayabi, Muduruku e Sai-Cinza.

A população de Novo Progresso é de 25.124 habitantes (censo 2010), seu território possui 38.277 km² e limita com os municípios de Jacareacanga, Itaituba e Altamira, ao sul com o estado do Mato Grosso. Tem o Parque Nacional do Rio Novo, a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo e a Área de Proteção Ambiental Tapajós.

Caracterização da Gleba São Benedito

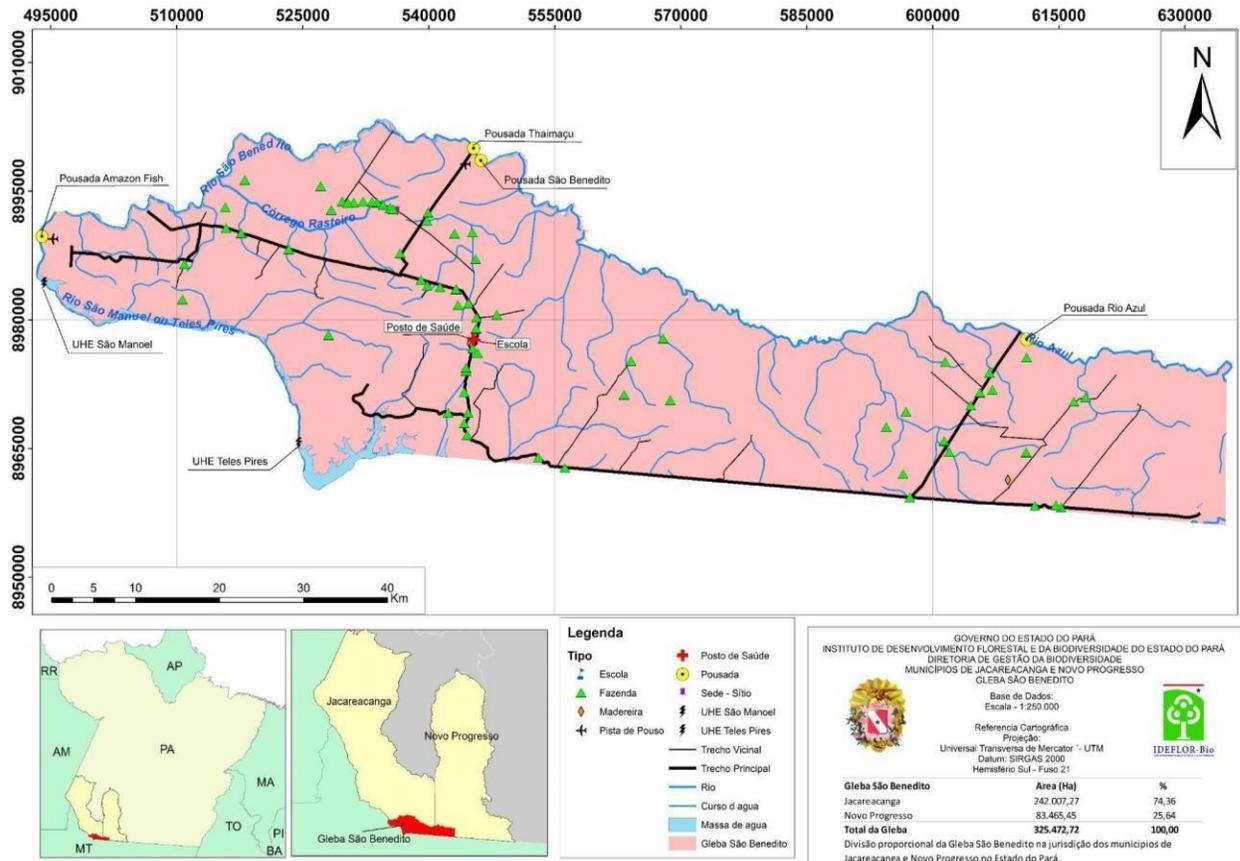
Nas décadas de 1970 e 1980, destacou-se o garimpo como grande impulsionador à ocupação da região e posteriormente pela perspectiva da expansão da fronteira agrícola. Três rios margeiam a Gleba, o São Benedito, o Azul e o Teles Pires. Os rios São Benedito e Azul foram os primeiros reconhecidos no estado do Pará como Reserva Estadual de Pesca Esportiva pela Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) nº 019, 26/07/2001, com área de 60.347,00 ha, mas essa resolução não dá status de Unidade de Conservação para que se faça a gestão adequada da área conforme a legislação.

A Gleba é marcada pelo diferencial de ser um território distante das sedes dos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, onde a partir de um ponto referencial dentro da Gleba, a Escola Municipal Getúlio Vargas "B", até a sede do município de Jacareacanga em linha reta é de 354,20 km e a 60 km do município de Paranaíta/MT; na parte de Novo Progresso da pousada Rio Azul até a sede do município é de aproximadamente 273,19 km, e de 50 km da divisa da Gleba até a sede do município de Alta Floresta/MT. Sem ligação direta pelo território paraense, os moradores da Gleba utilizam serviços dos municípios Paranaíta e Alta Floresta do estado do Mato Grosso, comercializam produtos e possuem residências nesses municípios e precisam ajustar os impostos e cobrar serviços públicos dos municípios jurisdicionais.

Os dados referentes a Gleba São Benedito são amostrais e baseados em informações de campo das expedições realizadas nos anos de 2020 e 2021, informações da Associação AGRODITO, imagens de satélites e informações oriundas do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental (SICAR).

Considerando que a Gleba se localiza em dois municípios, distante das sedes municipais, culturalmente com realidades diferenciadas. Tem escola, posto de saúde, hidrelétricas, pousadas, madeireiras, pista de pouso e imóveis rurais de fazendas. Nas expedições foram visitados 44 imóveis na parte de Jacareacanga, com 26 entrevistas, e em Novo Progresso foram visitados 19 imóveis, com 10 entrevistas, totalizando 63 imóveis visitados e 36 entrevistas.

Figura 1 Mapa de localização dos imóveis visitados.



Fonte: DGBio/IDEFLOR-Bio, 2020/2021.

Os moradores da porção do município de Novo Progresso são oriundos dos estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Rondônia e Ceará, com destaque para o estado do Mato Grosso, representando 30% dos moradores da Gleba.

Em relação aos Aspectos Sociais, a Educação conta com a Escola Municipal Getúlio Vargas “B”, localizada no município de Jacareacanga, foi inaugurada no ano de 2018, e construída com recursos da Usina Hidrelétrica (UHE) São Manoel. Tem educação infantil e ensino fundamental em regime multisseriado e 03 Professores com formação em Pedagogia para 32 alunos na faixa etária de 04 a 15 anos. A estrutura física tem 03 salas de aula, sala de professor, biblioteca, cozinha, cantina, área de recreação, banheiros, além de ginásio poliesportivo e poço artesiano.

Figura 2 Escola Municipal Getúlio Vargas “B”, Ginásio Poliesportivo e Poço Artesiano.



Referente à educação ambiental na escola, a gestora informou que há atividades pedagógicas relacionadas ao meio ambiente, com conteúdos abordados a partir dos livros, criação de hortas, cuidados com os animais, conservação do solo e destinação do lixo. Recursos didáticos como livros, vídeos, cartazes e rodadas de conversas sobre o cotidiano, também reforçam a temática.

O serviço de comunicação com internet conta com o apoio da Associação dos Proprietários e Produtores da Gleba São Benedito (AGRODITO), que liberam internet de dados móveis para os professores estabelecerem comunicação com os pais dos alunos, por meio do grupo de WhatsApp.

Atualmente, a preocupação dos professores e moradores está na continuidade da parceria entre os municípios para manutenção dos contratos dos funcionários da escola, visto que houve a confirmação de que o território da Gleba São Benedito pertence ao estado do Pará.

Como contribuição, o IDEFLOR-Bio, enviou Ofícios nº 123/2021 e 124/2021 - DGBio/GAB/PRES/IDEFLO-Bio em 12/04/2021 aos Prefeitos dos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, respectivamente, pois a competência do ensino infantil e fundamental é dos municípios, ambas prefeituras tomaram conhecimento da realidade da Gleba no aspecto educação. Na segunda expedição já havia uma representação do município de Jacareacanga instalada no anexo da escola na pessoa do Sr. Clebson Barros e que segundo o mesmo, o município já estava providenciando os profissionais em educação.

Em relação a saúde, no ano de 2018, foi construído na Gleba, 01 posto de saúde com alojamento ao lado da Escola Municipal Getúlio Vargas “B” com recursos da compensação financeira da Usina Hidrelétrica (UHE) de São Manoel. Em 2019 o posto foi equipado com 01

ambulância pelo Governo do Estado do Pará, mas de acordo com os moradores entrevistados, o posto de saúde não possui equipe de profissionais e nem motorista para dirigir a ambulância, que sem emplacamento encontra-se no pátio da escola estacionada sem uso.

Figura 3. Posto de Saúde na Gleba São Benedito / Jacareacanga.



Fotos: IDEFLOR-Bio, 2020.

Os moradores da Gleba quando precisam de atendimento médico acessam os municípios de Paranaíta/MT e Alta Floresta/MT, casos complexos são encaminhados para os municípios de Sinop e ou para Cuiabá, distantes 300 e 800 km de Alta Floresta.

Dessa forma, a partir das observações e dos relatos dos moradores, o serviço de saúde é uma das principais demandas da Gleba São Benedito, visto que para se deslocarem para os municípios do Mato Grosso, enfrentam dificuldades, pois dependem de transporte próprio e de estradas em boas condições.

Para atender a demanda de profissionais de saúde foi encaminhado o Ofício nº 084/2021 – DGBio/GAB/PRES/IDEFLO-Bio em 03 de março de 2021 à Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), expondo a situação, o qual foi respondido por meio de Of. nº 894/2021 - GABS/SESPA de 09 de abril de 2021 de que “compete às Secretarias Municipais de Saúde a gestão e execução das ações de Atenção Básica de Saúde dentro de seus territórios, incluindo as unidades próprias e as cedidas pelo estado e união, conforme prevê a Política Nacional de Atenção Básica”. Informações da representação de Jacareacanga na Gleba, o município já se encontra em processo de contratação de funcionários para atuar na área da saúde.

É consenso afirmar que a economia da Gleba se pauta na plantação de grãos, na criação de gado e no ecoturismo. Observou-se também a criação de pequenos animais, aves, suínos, assim como a produção de queijo, a plantação de árvores frutíferas em pequena escala, pequenas hortas e a prática da piscicultura, voltadas para o consumo.

Figura 4. Atividades complementares.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Constatou-se que os moradores da Gleba não mantêm conexão com as sedes municipais no estado do Pará, pois as suas relações comerciais, culturais, etc, ocorrem com os municípios de Paranaíta e Alta Floresta no estado do Mato Grosso.

A Associação dos Proprietários e Produtores da Gleba São Benedito (AGRODITO) foi criada em 1993, extinta em 2008 e recriada em 2018. Um dos objetivos da Associação foi a manutenção das estradas, onde a Usina Hidrelétrica de São Manoel doou os maquinários e subsidia o combustível e a Associação contrata os operadores e faz a manutenção dos maquinários. A Associação, também, reivindicou junto a Usina Hidrelétrica a construção da Escola, do posto de saúde e a infraestrutura de rede para a transmissão de energia elétrica.

Figura 5. Reunião com a AGRODITO e entrevista com o presidente da Associação.



Foto: IDEFLOR-Bio, 2020.

Representantes da AGRODITO e moradores da Gleba participaram da reunião remota no dia 13.04.2021, pela plataforma Google Meet/link: meet.google.com/ide-pecx-wxg, com o objetivo de apresentar o projeto de criação e discutir a proposta.

Figura 6. Reunião remota do IDEFLOR-Bio com representantes da Gleba São Benedito.

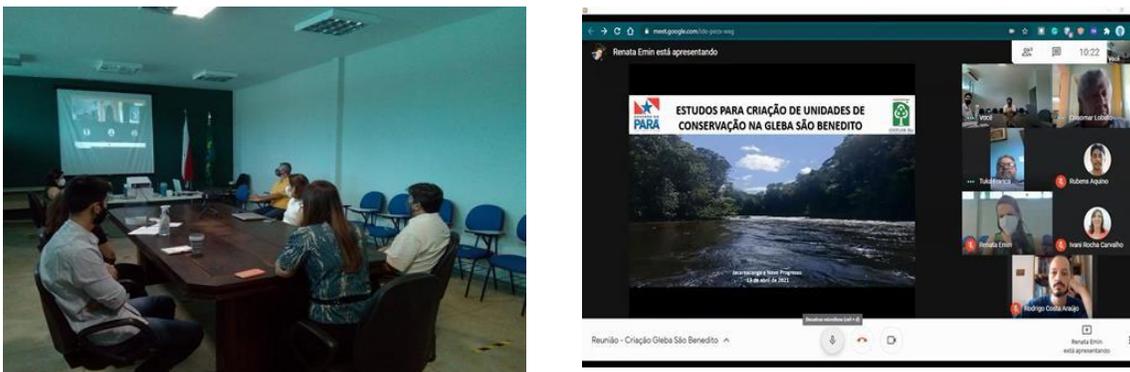


Foto: IDEFLOR-Bio, 2021.

Os problemas mais relevantes são as estradas de chão, a balsa a noite, a saúde, rede de internet e educação. Outros problemas citados foram as queimadas, regularização fundiária, segurança e escoamento da produção e transporte, que ocorre pelo estado do Mato Grosso encarecendo o imposto de ICMS. A equipe do meio físico do IDEFLOR-Bio apresentou a proposta de uma estrada com aproximadamente 100 km entre a Gleba e a BR 163.

Figura 7. Proposta de estrada da Gleba à BR 163.



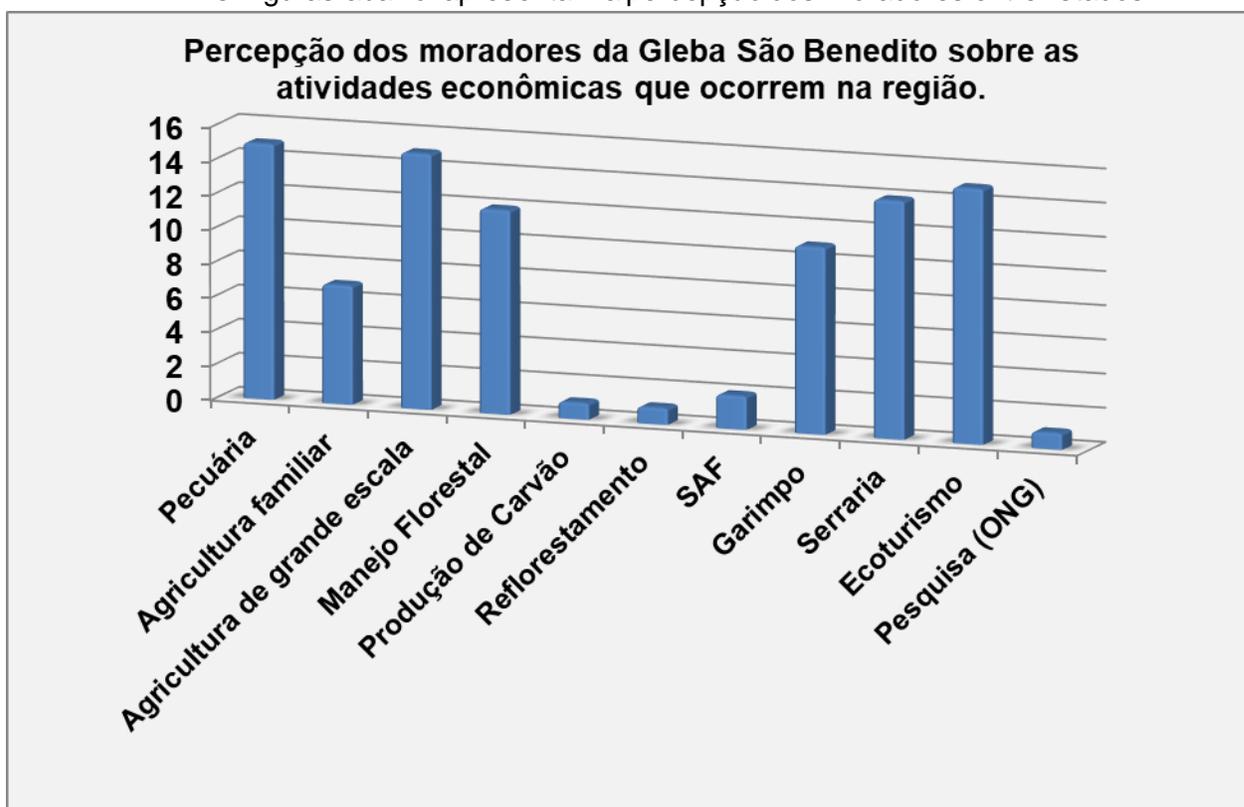
➔ Proposta de implantação de estrada para ligação da Gleba Estadual São Benedito à BR 163 pela linha seca que divide os Estados do Pará e Mato Grosso

Elaboração: NGENO/IDEFOR-Bio, 2020.

A economia predominante se pauta nas atividades Agrossilvipastoris e no ecoturismo, cujas relações sociais, culturais e econômicas dos moradores, utilização de serviços, comercialização de produtos, e segunda ou primeira residência são com os municípios de Paranaíta e Alta Floresta no estado do Mato Grosso.

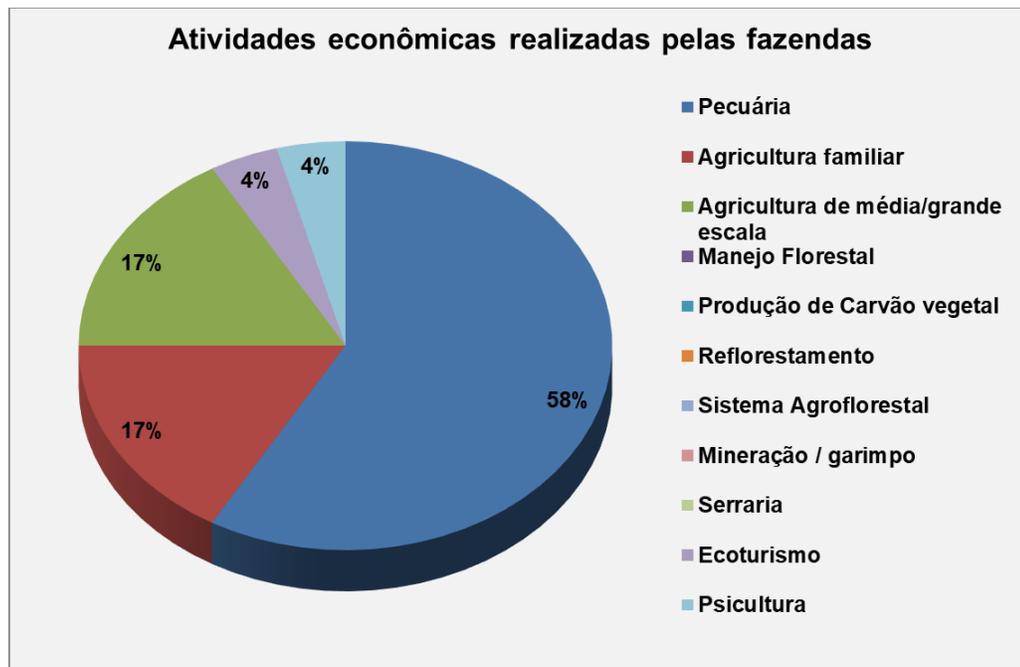
Os dados relacionados às atividades agrossilvipastoris, são amostrais baseados em informações de campo da expedição realizada em 2021, por meio de aplicação de formulários, além de dados de imagens de satélites, do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental (SICAR) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS), contendo arquivos *Shapefiles* de Planos de Manejo Florestais Sustentáveis (PMFS) aprovados na área da Gleba.

As Figuras abaixo apresentam a percepção dos moradores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

De acordo com os dados de pesquisa, 100% dos entrevistados afirmaram realizar a criação de bovinos, com a criação de suínos e aves somente para consumo nas fazendas. O escoamento da produção é realizado na sua totalidade para o Estado do Mato Grosso. Na agricultura, a principal é a soja, seguida do milho e do arroz.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS), os PMFS aprovados na área da Gleba, foram identificadas 18 fazendas com cadastro na respectiva secretaria para Manejo Florestal, com aproximadamente 22.960,00 hectares de Área de Manejo Florestal (AMF) cadastrados.

Foram observadas diversas áreas abandonadas. Estima-se que no início da ocupação por volta dos anos 70, com a expansão da pecuária, foram desmatadas indistintamente, devido à falta de conhecimento sobre os tipos de solo, alguns muito pobres em nutrientes. Após o desmatamento, os produtores se depararam com essa condição que dificulta e encarece a manutenção, principalmente nos Neossolo Quartzarênico, fazendo com que diversas fazendas fossem abandonadas.

A estrada central Gerson Serafim que dá acesso à Gleba é de chão e as vicinais com muita poeira no verão e difícil de trafegar no inverno amazônico. O acesso hidroviário para Gleba se dá pelo município de Paranaíta/MT, rio Teles Pires, porto da Balsa do Cajueiro.

Tem pistas de pouso nas pousadas e pistas de pouso utilizadas para o transporte rápido na região.

Figura 8. Estradas na Gleba São Benedito.



Foto: IDEFLOR-Bio, 2020.

Figura 9 Porto da balsa.



Foto: IDEFLOR-Bio, 2021.

Figura 10 Pistas de pouso.



Foto: IDEFLOR-Bio, 2021

A rede de energia elétrica foi instalada no ano de 2019, com o apoio da Usina Hidrelétrica São Manoel, cujo consumo é pago para a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. Parte da Gleba localizada no município de Novo Progresso so é atendida pela empresa de energia Energisa, localizada no município de Alta Floresta/MT. A comunicação é por whatsapp e a internet é de rádio. Não há sistemas públicos de tratamento de água e esgotos. O abastecimento é particular através de poço artesiano ou poço amazônico.

As atividades de Ecoturismo, onde predomina a pesca esportiva, se desenvolve em espaços com belezas naturais únicas e preservadas, região de transição entre os Biomas Amazônia e Cerrado, com uma natureza de matas conservadas, animais e rios, onde estão 04 (quatro) pousadas, das quais 03 (três) se encontram na Reserva Estadual de Pesca Esportiva Rio São Benedito/ Rio Azul, criada pela Resolução COEMA nº 019/2001, às margens dos rios São Benedito e Azul, as quais foram objetos de trabalhos pela equipe: Pousada Thaimaçu, Pousada São Benedito no município de Jacareacanga e a Pousada rio Azul no município de Novo Progresso. A quarta pousada existente na Gleba é a Pousada Amazônia Fishing Lodge, localizada às margens do rio Teles Pires, município de Jacareacanga.

A Pousada Thaimaçu, de propriedade da Sra. Eunice Seravali, existe desde o ano de 1984, mas somente em 1993 inicia a atividade de pesca esportiva “pesca e solte”. Incluída na rota do turismo brasileiro, oferece também, caminhadas em trilhas, observação de pássaros e pesquisas. Tem pista de pouso com 1.500 metros.

Há 04 (quatro) anos, a Associação Onçafari atua na Gleba, instalada na pousada Thaimaçu, desenvolve atividades de ciência e reintrodução com objetivos de conservar a biodiversidade, desenvolvimento socioeconômico, valorização da cultura, aumento do conhecimento científico sobre onças-pintadas, consolidação do ecoturismo como ferramenta para conservação, aumento do número de visitantes e reintrodução de onças-pintadas na natureza, a equipe é interdisciplinar, coordenada pelo pesquisador e Coordenador de Reintrodução, Leonardo Sartorello (Biólogo).

Figura 11. Pousada Thaimaçu.



Foto: IDEFLOR-Bio, 2020.

A Pousada São Benedito Lodge de propriedade da família Paukoski, existe desde 2007 de propriedade do Sr. Wanderson, que na época já tinha um rancho de pesca às margens do Rio São Benedito que praticava a pesca esportiva como hobby. No ano de 2008, a Pousada teve sua construção finalizada com pista de pouso de 1.200 metros, dando continuidade as atividades de ecoturismo, explorando as belezas naturais do rio São Benedito e seus afluentes.

Figura 12. Pousada São Benedito.



Foto: IDEFLOR-Bio, 2020.

A Pousada Rio Azul, de propriedade do Sr. Carlos Carvalho e da Sra. Ivani Rocha Carvalho, iniciou a construção no ano de 2001 e está inserida na Reserva Estadual de Pesca Esportiva Rio São Benedito/ Rio Azul.

Figura 13 Pousada Rio Azul.



Foto: IDEFLOR-Bio, 2021.

A Pousada Amazônia Fishing Lodge está localizada às margens do Rio Teles Pires e faz parte da Fazenda "Fortuna" de aproximadamente 18.144,48 hectares, cultiva soja em grande escala, milho, criação de bovinos, próxima da Usina Hidrelétrica São Manoel. A pousada existe há quatro anos. Os turistas praticam a pesca esportiva "Pesque e Solte" e chegam a pousada por via terrestre ou avião.

Figura 14 Pousada Amazônia Fishing Lodge.



Foto: IDEFLOR-Bio, 2021.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA

A área de estudo para a criação de Unidades de Conservação da Natureza Estaduais com vocações “a priori” para enquadramento em categoria de manejo do grupo de Uso Sustentável, como Área de Proteção Ambiental (APA), na parte da Gleba onde ocorreram alterações dos ecossistemas naturais para implantação de pastagens, agricultura, etc, mas que mantém a vegetação original, principalmente as Reservas Legais; e envolvendo os rios e áreas do entorno um Refúgio de Vida Silvestre, seria uma estratégia para manter uma gestão efetiva na Gleba, dando status de Unidade de Conservação à “Reserva Estadual de Pesca Esportiva dos Rios São Benedito e Azul”.

As categorias de manejo propostas permitem a propriedade privada em seu interior desde que compatibilize o desenvolvimento econômico e sustentabilidade com a conservação dos ecossistemas, garantindo principalmente às populações das espécies da fauna aquática objetos da atividade de pesca esportiva de acordo com a legislação em vigor. Entretanto, para que todas essas propostas e ações ocorram, torna-se de primordial importância, o conhecimento e a clareza da situação fundiária da Gleba São Benedito, onde os rios São Benedito e Azul mantêm suas Áreas de Preservação Permanentes (APPs) conservadas. Segundo a Lei nº 12.651, de 25/05/2012, Art. 3º, inciso I; e Art. 4º, inciso I e II, determina que é: “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Delimitada em zonas rurais ou urbanas como, I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d’água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; e II – as

áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros; b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas”.

Nesse contexto, a Gleba São Benedito foi arrecadada pelo estado do Pará no ano de 2002, por meio da Portaria ITERPA nº 000854/2002-PG, de 04 de abril de 2002, com área de 336.800,00ha (trezentos e trinta e seis mil e oitocentos hectares). Ao longo do tempo, a Gleba foi sendo loteada por várias pessoas em busca de trabalho e de imóveis para se estabelecerem. Então, após levantamento geral com observações e entrevistas com os diversos segmentos sociais locais, o IDEFLOR-Bio fez uma consulta ao Instituto de Terra do Pará (ITERPA), enviando o Ofício nº 64 / 2021 / DGBio / PRESI / IDEFLOR-Bio / Processo nº 2021/202786, solicitando informações sobre Títulos de Terras concedidos na Gleba São Benedito, mas em função de ser complexo, ainda não recebemos resposta. Na oportunidade, também, foi enviado o Ofício nº 65/2021/DGBio/PRESI/IDEFLO-Bio/Processo nº 2021/202794, solicitando vistoria em imóveis rurais com fins de regularização fundiária, demanda recepcionada por ocasião da expedição da equipe do IDEFLOR-Bio a Gleba, realizada no final do ano de 2020; onde se constatou a existência de 35 (trinta e cinco) imóveis rurais com média de 179,72 por hectares em processo de regularização fundiária, conforme relação da empresa GeoNorth, Agro-Ambiental.

Foi encaminhado, também, o Ofício nº 66/2021/DGBio/PRESI/IDEFLO-Bio/Processo nº 2021/202920, ao Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), solicitando os arquivos digitais referentes à imóveis rurais disponibilizados no Sistema Nacional ou Estadual de Cadastro Ambiental (SICAR).

Não foram enviados ofícios ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) porque nos levantamentos “in locu” com os moradores da área não se detectou a existência de Territórios Remanescentes Quilombolas (TRQ) e Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEX), além de que foi consultado o Sistema de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), banco de dados do INCRA/Superintendência Regional do Estado do Pará-SR (01), que fornece a listagem dos Projetos de Assentamentos.

Ainda, referente a existência de Territórios de Comunidades Remanescentes dos Quilombos, observou-se que conforme Ofício nº 224/2009/DPA/FCP/MinC de 01/03/2009 da Fundação Cultural Palmares (FCP) enviado à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para a construção da Hidrelétrica São Manoel, que até aquela “presente data não foram identificados em seus arquivos a existência de comunidades remanescentes dos quilombos” nos municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga/Pa; e, conforme o OFÍCIO/SR-30/GAB/Nº 1454/09 de 14/07/2009 da Superintendência Regional de Santarém (SR30) à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), até aquela data não foram identificados assentamentos ou projetos de assentamentos sob a jurisdição do INCRA (EIA/UHE São Manoel, Anexos 1, vol.07).

07 CONCLUSÃO

Os diagnósticos do Meio Biológico, do Meio Físico e de Socioeconômica têm como objetivos subsidiarem a tomada de decisão para criação de Unidade de Conservação da Natureza, dando visibilidade a um território que carece de uma agenda de estudos abrangentes sobre a Gleba.

No âmbito florestal e agrossilvipastoril, observa-se a pecuária como atividade econômica representativa. De acordo com os dados amostrais, verificou-se que o número médio de animais por hectare era de 0,61, abaixo da média nacional de 1,15 cabeças/hectare (Censo Agropecuário IBGE, 2017). A maioria das fazendas têm áreas que variam de 200 a 500 alqueires ou aproximadamente de 484 a 1.210 hectares.

Devido a valorização da soja no mercado nacional e internacional, alguns pecuaristas estão optando por plantios de soja. Verificou-se a existência de um movimento de transição entre as atividades, portanto, indicando que mais proprietários deixarão a pecuária para plantar soja nos próximos anos.

Os planos de manejos florestais aprovados na área da Gleba, de acordo com dados disponíveis no Sistema de Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (SIMLAM) da SEMAS, as espécies mais representativas em termos de volumetria explorada, após análise das AUTEFs foram a Cupiúba (*Goupia glabra* Aubl.), a Maçaranduba (*Manilkara huberi* (Ducke) Chevalier), a Mandioqueiro (*Qualea paraensis* Ducke), a Quaruba-rosa (*Vochysia vismiifolia* Spruce ex. Warm.) e o Angelim-pedra (*Hymenolobium petraeum* Ducke). Foram identificadas 18 fazendas, com aproximadamente 22.960,00 hectares de Área de Manejo Florestal.

Os Neossolos Quartzarênicos na Gleba São Benedito apresentam baixa coesão e elevada susceptibilidade à erosão. Esta condição, em associação com sua elevada permeabilidade e muito baixa retenção de água e de nutrientes, confere fragilidade a esse tipo de solo, além da dificuldade em mantê-los produtivos.

Na área foram registradas atividades produtivas como pecuária bovina e cultivo de grãos, principalmente de soja e milho. Tais atividades podem ser ameaças à fauna e a flora, que por estarem numa área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, tornam-se de alta relevância ecológica. Além disso, o fato da Gleba estar situada entre áreas alteradas e preservadas (Área Militar, Parque Nacional do Rio Novo e Terras Indígenas Kayabi e Munduruku), reforça a importância de conservação desse espaço, que funciona como um corredor ecológico e um refúgio próximo ao arco do desmatamento. Além disso, as atividades de turismo ecológico praticadas na Reserva Estadual, objeto da Resolução do COEMA, como pesca esportiva, trilhas e observação de aves são um bom indicativo do status de preservação.

Levando em consideração a coleta de dados realizada, foi constatada a presença de espécies que ocupam o topo da cadeia alimentar, tais como: onça pintada (*Panthera onca*), o gavião-real (*Harpia harpyja*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*). Além do registro de ocorrência de várias espécies ameaçadas de extinção, incluindo

peixes, aves e mamíferos. Os ecossistemas florestais adjacentes aos rios São Benedito e Azul ainda estão bem conservados, com registro de várias espécies ameaçadas da flora e de importância comercial (quaruba *Vochysia* sp.) ou ecológica (orquídeas, gramíneas e frutíferas).

As principais ameaças encontradas para a biodiversidade na região da Gleba estão diretamente relacionadas às alterações no uso da terra e a produção agropecuária, com registro de queimadas. Tais ações antrópicas ocasionam a perda da vegetação nativa, impactando negativamente a biodiversidade local, havendo necessidade de controle e fiscalização sobre a retirada irregular de madeira. Acreditamos que com a presença do Estado na região, poderá haver maior governança e conservação dos recursos naturais.

08 RECOMENDAÇÕES

1. Reconhecer a Reserva Especial para Pesca Esportiva denominada "RESERVA ESTADUAL DE PESCA ESPORTIVA RIO SÃO BENEDITO/RIO AZUL", criada pela Resolução COEMA nº 019, de 26 de julho de 2001, com 60.347,00ha, ajustando de acordo com a realidade para a criação de Unidade de Conservação da Natureza do grupo de Proteção Integral na categoria de manejo Refúgio de vida Silvestre;
2. Ante a concordância dos proprietários das pousadas em relação a criação da Unidade de Conservação Estadual, cuja gestão da área da Gleba, após reconhecida legalmente, passaria ao órgão ambiental estadual competente, recomendamos a sensibilização dos fazendeiros quanto à importância, proteção, reconhecimento nacional e internacional dos produtos com certificados verdes, aumentando a renda e gerando empregos para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Gleba São Benedito, assim como discutir propostas voltadas para conservação da biodiversidade aliadas a rentabilidade e sustentabilidade dos fazendeiros e agricultores rurais;
3. Recomendamos que toda ação desenvolvida na futura Unidade de Conservação seja acompanhada de melhorias para os moradores, seja na educação, saúde, geração de trabalho e renda, segurança, infraestrutura e saneamento básico;
4. Referente à organização social, recomenda-se a valorização da Associação dos Proprietários e Produtores da Gleba São Benedito (AGRODITO);
5. Referente à situação da educação, da saúde, das estradas, da questão fundiária e da fiscalização, o IDEFLOR-Bio encaminhou ofícios as Entidades municipais e estaduais informando sobre as necessidades e solicitando as providências pertinentes.
6. Como incentivo, recomendamos conceder "certificado verde" para as propriedades que estão cumprindo a legislação ambiental e propor regularização através de um plano de recuperação de áreas alteradas e outros instrumentos;

7. Acompanhamento dos órgãos de assistência técnica dos municípios de Jacareacanga/PA e Novo Progresso/PA, bem como do governo do estado do Pará;
8. Implementação de capacitação dos produtores quanto às práticas conservacionistas para as tipologias de solo que ocorrem na Gleba, bem como um trabalho de conscientização para evitar que novas áreas improdutivas sejam desmatadas e fiquem sem uso.
9. Criação de Unidade de Conservação para a conservação da área estudada;
10. Recomenda-se que seja feita uma consulta pública à população e a consequente regulamentação para a criação de Unidade de Conservação;
11. São extremamente necessárias missões de fiscalização para evitar atividades ilegais como a caça, a biopirataria, queimadas e a retirada de madeira;
12. Levantamento detalhado da fauna e flora focando na atualização e confirmação dos registros aqui propostos e também na identificação de ameaças às quais as espécies estão expostas;
13. Atividades de educação ambiental são fundamentais para sensibilizar a comunidade do entorno sobre atividades que impactam negativamente a fauna e flora da possível área protegida;
14. Deve-se também providenciar iniciativas que estimulem o preenchimento de lacunas de conhecimento sobre a fauna e flora dessa região ainda pouco estudada, a fim de seja identificado possíveis extinções locais e outros problemas de conservação. Apenas assim poderão ser elaborados planos de manejo para a UC, que garantam sua efetividade.
15. Os rios São Benedito e Azul devido estarem conservados e com alto nível de piscosidade, assim como seus afluentes de águas limpas que propiciam paisagens diferenciadas, e suas áreas de preservação permanentes, devem ser objetos de cuidados especiais após a criação legal da Unidade de Conservação de Proteção Integral.